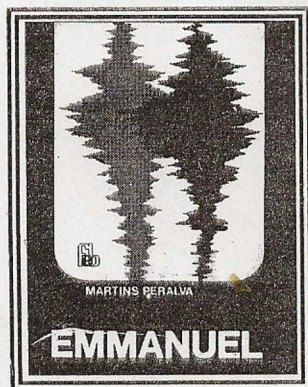


Depois de Voltaire, surgiram filósofos que foram abandonando as idéias do livre-arbítrio, chegando alguns a declarar ser o homem uma máquina. Foi a época de *John Toland*, *La Mettrie*, *Barão de Holbach* e outros.

Foi *Jean-Jacques Rousseau* quem modificou a direção que as idéias dos seus antecessores estavam tomando. Rousseau desperta a idéia do sentimento. Para ele, o homem é livre; não um brinquedo das leis naturais, mas uma alma que luta para viver segundo a liberdade que possui.

Kant, segundo consta, foi influenciado por J. J. Rousseau. Kant aceitava o livre-arbítrio como necessário ao homem moral. O homem é um agente livre. E o homem livre cria o ato que o levará, fatalmente, à teia intrincada de causa e efeito. Nem sempre, segundo o pensamento do filósofo, se pode provar que a vontade é livre. Aceitava, porém, como os mecanistas, que não se pode provar teoricamente a existência do livre-arbítrio, mas que existe uma verdade mais elevada que a das ciências, a verdade da natureza moral do homem. E esta verdade faz o homem livre.

Para *William James*, o fato de o homem ter a vontade de crer o torna livre. *John Dewey* concebeu o homem cooperando na criação do mundo. Segundo ele, os desejos e as tendências humanas são quem dirige o mundo.



Anotamos acima as principais idéias dos seguidores e dos não seguidores do determinismo. Até os dias presentes ainda encontramos esta divergência de opiniões. O certo, porém, aquilo que o Espiritismo nos ensina, é que não há um fatalismo, um determinismo que norteie a vida do homem. Se o homem é constrangido a agir diferentemente do que pensa e do que quer, é porque está preso aos débitos contraídos em existências anteriores. Sem a teoria da reencarnação torna-se difícil explicar se o homem tem ou não livre-arbítrio.

“(...) Subordina-se o homem a livre-arbítrio relativo e a determinismo relativo.

A reencarnação abre, com facilidade, os redutos do livre-arbítrio, exibindo-o, com simplicidade, aos estudiosos.

A palingenesia anula a idéia de que haja contradição entre livre-arbítrio e determinismo, oferecendo a ponte destinada a ligá-los entre si, de modo que se não choquem nas conjecturas do intelecto. (...)” (11)

“A questão do livre-arbítrio se pode resumir assim: o homem não é fatalmente levado ao mal; os atos que pratica não foram previamente determinados; os crimes que comete não resultam de uma sentença do destino. Ele pode, por prova e por expiação, escolher uma existência em que seja arrastado ao crime, quer pelo meio onde se ache colocado, quer pelas circunstâncias que sobrevenham, mas será sempre livre de agir ou não agir. (...)

A fatalidade, como vulgarmente é entendida, supõe a decisão prévia e irrevogável de todos os sucessos da vida, qualquer que seja a importância deles. Se tal fosse a ordem das coisas, o homem seria qual máquina sem vontade. De que lhe serviria a inteligência, desde que houvesse de estar invariavelmente dominado, em todos os seus atos, pela força do destino? Semelhante doutrina, se verdadeira, conteria a destruição de toda liberdade moral. (...)

Contudo, a fatalidade não é uma palavra vã. Existe na posição que o homem ocupa na Terra e nas funções que aí desempenha, em consequência do gênero de vida que seu Espírito escolheu como *prova, expiação ou missão*. Ele sofre fatalmente todas as vicissitudes dessa existência e todas as tendências boas ou más, que lhe são inerentes. Aí, porém, acaba a fatalidade, pois da sua vontade depende ceder ou não a essas tendências. *Os pormenores dos acontecimentos, esses ficam subordinados às circunstâncias que ele próprio cria pelos seus atos*, sendo que nessas circunstâncias podem os Espíritos influir pelos pensamentos que sugiram. (...)

Há fatalidade, portanto, nos acontecimentos que se apresentam, por serem estes consequência da escolha que o Espírito fez da sua existência de homem. (...) *Nunca há fatalidade nos atos da vida moral.* (...) (02)

* * *